

CLIPPING FLORESTAL

18/2019

24 de Maio de 2019

GCN NA MÍDIA

- Congresso tenta aprovar lei para liberar compra de terras por estrangeiro

AMBIENTAL

- Desmatamento da Mata Atlântica no último ano foi o menor desde 1985
- Desmatamento avança na Amazônia, que perde 19 hectares de florestas/hora

EM DESTAQUE

- Legislação ambiental burocrática prejudica meio ambiente, diz ministro
- O Código Florestal não pode mais esperar
- O poder da madeira de Pinus
- Greenplac apresenta novos horizontes ao setor florestal
- Mato Grosso firma parceria para impulsionar o manejo florestal sustentável
- Faturamento do setor florestal catarinense passou de R\$ 1,38 bilhão no ano passado

EMPRESAS

- Para Eldorado, mercado começa a reagir a partir do 2º semestre
- Venda da Fibria impulsiona lucro do grupo Votorantim no 1º trimestre
- Suzano capta US\$ 1,25 bi no mercado externo
- Valmet fornecerá para Klabin nova linha de produção de celulose e papel embalagem

EXECUTIVO

- Governo federal recua e decide apoiar evento sobre mudanças climáticas em Salvador
- Ministro diz que há indícios de irregularidades no Fundo Amazônia



Congresso tenta aprovar lei para liberar compra de terras por estrangeiro

Na esteira da aprovação da medida provisória que permite 100% de capital estrangeiro em aéreas, senador Irajá Abreu (PSD-TO) protocolou projeto sobre o tema na terça-feira

A negociação de terras agrícolas para investidores estrangeiros voltou à pauta de Brasília. O senador Irajá Abreu (PSD-TO) protocolou, na terça-feira, 21, um novo projeto de lei sobre o tema, mais flexível à venda ou ao arrendamento de propriedades rurais, desde que esses grupos constituam uma empresa no Brasil.

“Vejo um ambiente político e econômico mais favorável à pauta. A aprovação da entrada de companhias aéreas estrangeiras no Brasil ajudou a desmitificar o tema”, afirmou o senador ao Estado. A compra de terras por investidores estrangeiros no Brasil tem sido um tema sensível ao governo nos últimos anos. Desde agosto de 2010, um parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) sobre a Lei 5.709, de 1971, proíbe que grupos internacionais obtenham o controle de propriedades agrícolas no País.

Em 2012, um projeto de lei foi apresentado no Congresso modificando a restrição, mas está parado. Desde 2016, o deputado federal Newton Cardoso Jr. (MDB-MG) tenta destravar o projeto. Segundo Cardoso, não há risco à soberania nacional. O projeto de lei defendido pelo senador Irajá Abreu está alinhado ao que Cardoso Jr. tem defendido no Congresso.

Na nova proposta, a soma das áreas rurais pertencentes e arrendadas a grupos estrangeiros não poderá ultrapassar a um quarto da superfície dos municípios onde situem.

A região do bioma amazônico e áreas de fronteiras, contudo, terão maior restrição. Caberá à Comissão de Defesa Nacional dar o aval final para o negócio.

Caso esse projeto de lei seja aprovado, os investidores estrangeiros continuarão a ter restrição no que se refere a áreas rurais de grande extensão – seja para aquisição ou posse, afirmou ao Estado o **advogado Aldo De Cresci Neto, especialista em investimentos florestais**. O advogado, que também é secretário executivo da Frente Parlamentar de Silvicultura, foi um dos nomes cotados para ser ministro da Agricultura no governo de Michel Temer.

As discussões entre o Congresso e o Ministério da Agricultura para aprovação desse projeto de lei ganharam mais força nos últimos dias. O deputado Newton Cardoso Jr. afirmou que a pasta, comandada pela ministra Tereza Cristina tem se mostrado mais aberta ao tema. O projeto de lei, que tramita na Câmara em regime de urgência desde 2016, encontrava resistência do ex-ministro Blairo Maggi.

A expectativa é que, se aprovado, o projeto de lei possa atrair investimentos ao País de cerca de R\$ 50 bilhões por ano. Esses aportes viriam não somente por meio de aquisições ou arrendamentos, mas também de potenciais investimentos gerados pelo uso produtivo da terra, segundo o senador Irajá de Abreu.

Fonte: Estadão| 24.05



Desmatamento da Mata Atlântica no último ano foi o menor desde 1985

O desmatamento da Mata Atlântica entre outubro de 2017 e outubro de 2018 caiu 9,3% em relação ao período anterior (2016-2017). É a menor área de desmatamento registrada pela série histórica do Atlas da Mata Atlântica, elaborado pela Fundação SOS Mata Atlântica e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que monitora o bioma desde 1985.

O relatório mostra que, no último ano, foram destruídos 11.399 hectares (ha), ou seja, 113 quilômetros quadrados (km²), de áreas de Mata Atlântica acima de 3 hectares nos 17 estados do bioma. No ano anterior, o desmatamento foi de 12.562 hectares (125 km²). Já em 2015-2016, o desmatamento chegou a atingir 29.075 ha. Além disso, dos 17 estados da Mata Atlântica, nove estão no nível de desmatamento zero, com desflorestamentos abaixo de 100 hectares, o que equivale a 1 km².

Esses nove estados são o Ceará (7 ha), Alagoas (8 ha), o Rio Grande do Norte (13 ha), Rio de Janeiro (18 ha), Espírito Santo (19 ha), a Paraíba (33 ha), Pernambuco (90 ha), São Paulo (96 ha) e Sergipe (98 ha). Mais três estados estão se aproximando desse índice: Mato Grosso do Sul (140 ha), Rio Grande do Sul (171 ha) e Goiás (289 ha).

A diretora executiva da Fundação SOS Mata Atlântica, Marcia Hirota, disse que o resultado positivo tem relação com ações de monitoramento e combate ao desmatamento, realizadas por diversos atores nos últimos anos, incluindo órgãos ambientais estaduais, polícia ambiental, Ministério Público e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

“Esses dados comprovam como o acompanhamento da sociedade civil e investimentos dos governos no cumprimento da Lei da Mata Atlântica, por meio dos órgãos de conservação, fiscalização e controle, trazem resultados concretos.

Esse tipo de ação precisa ter continuidade”, afirmou. A Mata Atlântica é o único bioma brasileiro com lei específica.

Bahia

Segundo a SOS Mata Atlântica, o estado da Bahia é um exemplo de como as ações de comando e controle são importantes no combate ao desmatamento.

Há dois anos, a Bahia foi o primeiro estado do ranking, com 12.288 hectares desmatados entre 2015 e 2016. O número foi maior do que o total de desmatamento registrado nesse último relatório 2017-2018.

“Naquele ano, o então secretário de Meio Ambiente do estado esteve no ‘Encontro das secretarias de Meio Ambiente dos estados da Mata Atlântica’, onde se comprometeu com o combate ao desmatamento e realizou operações de fiscalização”, disse Marcia.

No ano seguinte, a partir das ações, a Bahia teve uma redução de 67% no desmatamento, com 4.050 hectares desmatados.

Agora, no período 2017-2018, houve uma segunda queda, de 51%, apesar de o estado ainda ser um dos maiores em área desmatada.



Resultados negativos

O Atlas mostra também que restam 16,2 milhões de hectares de florestas nativas mais preservadas acima de 3 hectares na Mata Atlântica, o equivalente a 12,4% da área original do bioma. Dessas áreas remanescentes de floresta, 80% estão em áreas privadas.

Apesar dos resultados positivos do relatório do último ano, cinco estados ainda mantêm índices inaceitáveis de desmatamento, segundo avaliação da SOS Mata Atlântica. São eles: Minas Gerais (3.379 ha), o Paraná (2.049 ha), Piauí (2.100 ha), a Bahia (1.985 ha) e Santa Catarina (905 ha).

O diretor de Políticas Públicas da Fundação SOS Mata Atlântica, Mario Mantovani, acredita que é preciso ficar atento às mudanças propostas pelo atual governo, que podem reverter as conquistas alcançadas até o momento. “Não podemos permitir o enfraquecimento da gestão ambiental e nenhuma tentativa de flexibilização da legislação”, disse.

Fonte: Agência Brasil | 23.05



Desmatamento avança na Amazônia, que perde 19 hectares de florestas/hora

Trata-se do maior valor mensal para maio em uma década; esse volume, de apenas 15 dias, está próximo da soma dos nove meses anteriores, entre agosto de 2018 e abril de 2019. Mas o nº de multas aplicadas pelo Ibama caiu 35% desde janeiro

Em 2018, o País registrou os maiores números de desmatamento na Região Amazônica de toda a história. Desde agosto, a devastação ilegal continua e atinge, em média, 52 hectares da Amazônia/dia. O novo problema é que os dados mais recentes, dos primeiros 15 dias de maio, são os piores no mês em uma década - 19 hectares/h, em média, o dobro do registrado no mesmo período de 2018. Foram perdidos oficialmente em uma quinzena 6.880 hectares de floresta preservada na Região Amazônica, o mesmo que quase 7 mil campos de futebol. Esse volume ainda está próximo do desmatamento registrado na soma de todos os nove meses anteriores, entre agosto de 2018 e abril de 2019, que chegou a 8.200 hectares. Os dados foram levados ao governo, que os confirmou. O Estado teve acesso a informações atualizadas do Sistema de Detecção do Desmatamento na Amazônia Legal em Tempo Real (Deter), ferramenta do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que fiscaliza ações de desmatamento. Os números se referem à devastação registrada nas unidades de conservação, florestas protegidas que são administradas e fiscalizadas por órgãos como o Ibama e o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio). Uma das regiões mais devastadas é a Floresta do Jamanxim, alvo histórico de saques de madeira a partir da BR-163, que perdeu nada menos que 3.100 hectares.

Normalmente, as medições oficiais são feitas de agosto até julho do ano seguinte. No período encerrado em julho de 2018, a região registrou 20.200 hectares de desmatamento, um recorde histórico. No atual ciclo, aberto em agosto e já considerando os números até 15 de maio, o acumulado hoje chega a 15 mil hectares - e pode alcançar um novo recorde.

Questionado, o ministro do Meio Ambiente (MMA), Ricardo Salles, disse que a responsabilidade pela curva crescente do desmatamento é de governos anteriores. "Ainda não deu tempo de implementarmos nossas políticas", disse. Já Ibama e ICMBio não responderam aos questionamentos.

Técnicos do governo observam que o grande volume de desmatamento em duas semanas pode estar ligado à meteorologia. É que março e abril são de muita chuva e a maior incidência de nuvens dificulta o uso de satélites. Com o fim das chuvas, o céu se abre e a área captada cresce. As taxas da devastação, porém, confirmam os técnicos, referem-se exclusivamente ao desmatamento efetivado neste ano. E a questão climática vale para os anos anteriores, que registraram números menores.

Multas

As fiscalizações em campo feitas por agentes do Ibama e ICMBio na região continuam em andamento, mas os dados obtidos pelo Estado mostram que o número de multas diminuiu. Entre 1.º de janeiro e 15 de maio deste ano, o Ibama emitiu 850 multas, 35% menos do que no mesmo período do ano passado, quando foram 1.290.



No ICMBio, entre 1.º janeiro e 15 maio, seus agentes emitiram 317 multas na região, praticamente metade do aplicado no mesmo intervalo de 2018.

O MMA não comenta a redução. Já o presidente Jair Bolsonaro tem criticado regularmente o que chama de “indústria das multas”. Em janeiro, o MMA acabou com o Departamento de Florestas e Combate ao Desmatamento, que funcionava dentro da pasta desde 2007. O órgão tinha 15 servidores e estava ligado à Secretaria de Mudanças do Clima e Florestas. Com o fim dessa secretaria, os funcionários foram realocados. O MMA também não comentou a situação.

Crítica

A justificativa do ministro Ricardo Salles para os dados oficiais de desmatamento foi rebatida por seu antecessor no MMA. “Não há surpresa nessas informações. Há tristeza. Quando um governo resolve desmoralizar os agentes do Ibama, desmontar o ICMBio e acabar com as unidades de conservação, ele só está dando o sinal verde para o desmatamento”, disse Sarney Filho, hoje secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal. “Como diminuir os índices, se os instrumentos criados para combater esses crimes estão sendo desmontados pelo discurso e pela ação concreta do governo?”

ICMBio tem ‘fila’ de multas para cobrar
No Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), a cobrança das multas que já tramitaram pela área técnica, administrativa e já receberam justificativas dos autuados está parada.

O Estado apurou que 354 autos de infração emitidos por agentes do ICMBio estão prontos para serem homologados pelo presidente do órgão, para que sejam cobrados.

Neste ano, a chefia do órgão não homologou nenhuma multa - como determina o regimento interno. As cobranças prontas para serem aplicadas somam a quantia de R\$ 146,2 milhões que o ICMBio poderia receber. O ICMBio foi procurado, mas não comentou o assunto. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) também foi questionado pelo Estado sobre as motivações da paralisação nas cobranças, mas não se manifestou. O ministro do MMA, Ricardo Salles, tem trocado todos os cargos de liderança do ICMBio desde que assumiu - nomeando militares. O presidente Jair Bolsonaro, que foi multado em 2012 pelo Ibama quando pescava numa área proibida de proteção integral em Angra dos Reis (RJ), alterou no mês passado um decreto - de 2008 - que dispunha sobre crimes ambientais. A mudança cria “núcleos de conciliação” para discutir as multas ambientais aplicadas pelos órgãos, além de modificar o programa de conversão de multas em projetos de restauração florestal, que vinha sendo realizado pelo Ibama. Ao justificar a mudança, o governo argumentou que “a conciliação deve ser estimulada pela administração pública federal ambiental (...) com vistas a encerrar os processos administrativos federais relativos à apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente”. Pela regra, quando o autuado for notificado, será chamado a uma audiência de conciliação, já com dia e horário marcados, caso queira.

Legislação ambiental burocrática prejudica meio ambiente, diz ministro

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, disse hoje (16), que a burocracia, imposta muitas vezes pela atual legislação ambiental brasileira, prejudica o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, atrapalha a geração de recursos financeiros para os cuidados com o próprio meio ambiente. Ele defendeu regras objetivas que atendam às necessidades reais do meio ambiente, e afirmou que sua gestão está colocando bom senso, equilíbrio e racionalidade em muitas das distorções que vinham sendo praticadas.

"Ausência de desenvolvimento econômico é um dos maiores problemas ambientais. Sem desenvolvimento econômico, não há recurso para adotar as melhores práticas", disse durante o 91º Encontro Nacional da Indústria de Construção, que reúne no Rio de Janeiro representantes de diversas empresas e profissionais que atuam no setor da construção civil.

Ele participou de uma mesa que discutiu ideias para a proposta da Lei Geral do Licenciamento Ambiental, atualmente em tramitação no Congresso. Segundo o ministro, a legislação atual não foca no necessário e dispersa atribuições. "Hoje não basta conseguir a licença [ambiental], ainda tem que rezar para que elas continuem válidas, para que não sejam derrubadas. Não existe isso em nenhum país do mundo", criticou. De acordo com Salles, o Brasil cansou de ver o tema ambiental sendo manipulado por uma agenda ideológica contrária ao desenvolvimento, e precisa agora de uma legislação que traga segurança jurídica, previsibilidade, respeito à propriedade privada e respeito aos contratos.

"Temos um problema de mentalidade. Há 30 anos, o Brasil fomenta uma mentalidade em que o setor privado é taxado de corruptor, de ter algum interesse ilegítimo. São vários preconceitos que fazem com que o Brasil tenha ficado para trás, enquanto o mundo inteiro avançou", disse. Ricardo Salles disse ainda que a legislação ambiental deve empoderar a boa fé das pessoas. "Precisamos de uma legislação que defina quais são as prioridades, que coloque o nosso pessoal para cuidar daquilo que realmente interessa. E que faça o autolicensing, o licenciamento simplificado. Precisamos de uma legislação que reconheça que há atividades que podem ser autodeclaratórias".

Segundo o ministro, a autodeclaração permitiria desonerar recursos técnicos e financeiros dos órgãos públicos para poder dar celeridade e profundidade às análises.

Outro problema da legislação em vigor, na visão de Salles, é o conflito de jurisdição e a falta de clareza sobre quais órgãos estão legitimados para dar as licenças. "Falta uma organização das diversas manifestações de órgãos que, muitas vezes, falam de maneira concomitante no licenciamento ambiental".

Amazônia

Salles avalia não haver nada pior para os moradores da região da Amazônia do que normas radicais que vedam a atividade econômica. "A menos que se pressuponha que possamos tirar todas essas pessoas de lá, tornar a Amazônia inabitável, e aí elas vão viver nas cidades ou em outro lugar.

Como essa hipótese não existe, e nem é desejável, na minha visão, nós temos que dar condições para que elas tenham atividade econômica e possam produzir para sustentar suas famílias e para terem uma vida digna. Para isso, elas precisam ter uma interação com aquilo que está ao seu alcance, que é a biodiversidade".

De acordo com o ministro, uma legislação que proíba completamente a exploração de madeira na Amazônia força as pessoas a praticarem atividade ilegal para não passarem fome. Ele considerou a regulamentação dessa atividade pelo poder público como importante para combater a ilegalidade e garantir um plano de manejo que ajude a preservar a floresta. "O setor da construção civil, que é um grande consumidor de madeira, saberá dar os incentivos e encontrar os caminhos para valorizarmos a produção de madeira legal", acrescentou.

Salles disse ainda que a falta de saneamento é o maior indicativo do subdesenvolvimento brasileiro, e se manifestou favorável ao investimento privado para enfrentar o problema. "Sem o setor privado, não vai haver solução para o saneamento no Brasil. O setor público não vai fazer. Não tem condições financeiras de fazer e nem capacidade de projetar e executar".

Linhão de Roraima

Em uma rápida conversa com jornalistas, Salles defendeu o licenciamento do linhão de transmissão de energia elétrica entre Manaus e Boa Vista. O Ministério do Meio Ambiente aguarda manifestação da Fundação Nacional do Índio (Funai).

O projeto do linhão foi licitado em 2011 e a obra é de responsabilidade da concessionária Transnorte Energia, formada pela estatal Eletronorte e a empresa Alupar.

"O prazo se encerra agora em maio, e a partir de então, dependendo do que vier de manifestação, nós vamos encaminhar o licenciamento, porque é uma obra extremamente necessária. O estado de Roraima está isolado do ponto de vista do sistema elétrico nacional e precisa dessa obra concluída o quanto antes".

O ministro não estimou uma data para o início das obras pois, segundo ele, dependerá do empreendedor responsável, que deverá apresentar informações no processo de liberação da licença de instalação.

Fonte: Agência Brasil | 17.05

O Código Florestal não pode mais esperar

Harmonizar a força produtiva vinda do campo e a proteção de matas e vegetações naturais é fundamental para o futuro do Brasil. O agronegócio trabalha para levar itens essenciais a todo o mundo, mas deve caminhar ao lado da conservação da natureza, base da nossa sobrevivência. Isto, no entanto, só é possível quando há uma legislação clara e implementada sobre o assunto. E neste enredo, o Código Florestal Brasileiro e sua implementação têm papel fundamental.

Criado em 1934, o Código Florestal já passou por diversas alterações. Ninguém é contrário a discussões que visem aprimorar um mecanismo, ainda mais com tal importância. O novo Código Florestal (lei 12651/2012), aprovado pelo Congresso Nacional em 2012, por exemplo, é fruto de cinco anos de debates, que colocaram na mesma mesa de discussão setor privado, academia e ambientalistas. Talvez esta tenha sido uma das maiores conversas em torno de uma lei já conduzida no Congresso, desde a Constituição. Mas, mesmo resultando em uma legislação embasada e consistente, sua plena implementação ainda não deslanchou.

Ainda que o Código Florestal tenha sido aprovado há quase sete anos, sofremos com a insegurança jurídica de sua implementação. As sucessivas prorrogações do Cadastro Ambiental Rural (CAR), por exemplo, adiaram em quatro anos a próxima etapa da lei: a validação dos cadastros e elaboração dos Programas de Regularização Ambiental (PRAs).

Atualmente, propostas que tramitam no Congresso com o objetivo de alterar dispositivos do Código têm retardado sua implementação. Um exemplo é o projeto de lei que propõe revogar a Reserva Legal (PL 2362 de 2019), percentual das propriedades privadas que deve ser preservado, segundo o Código. Outro é a Medida Provisória (MP) 867, que pode entrar em pauta na Câmara nos próximos dias. Essa MP trata originalmente apenas da extensão de prazo do PRA (Programa de Regularização Ambiental), previsto pelo Código. No entanto, diversas emendas desconectadas dessa proposta original foram incluídas na MP, que podem comprometer pontos estruturais do Código Florestal.

Medidas como essas prejudicam não apenas o meio ambiente, mas o próprio agronegócio, que depende das florestas para manter fatores como clima, umidade e diversos serviços ambientais que são vitais para a produção de alimentos. O aumento do desmatamento, que pode ser gerado por propostas como essa, tem ainda o potencial de prejudicar economicamente o setor, que gerou mais de US\$ 100 bilhões em exportações em 2018 e representa um dos pilares econômicos do país. Danos reputacionais podem comprometer a atração de investimentos e a inserção comercial do Brasil e seus produtos agropecuários nos mercados nacional e internacional.

Mesmo diante deste cenário, nestes sete anos, mais de quatro milhões de proprietários rurais se cadastraram voluntariamente no CAR, uma mobilização inédita no mundo.



Isto demonstra que há vontade do setor produtivo em contribuir e solucionar passivos ambientais. No entanto, para que o tema avance, de fato, é necessário fazer valer a lei por completo, fortalecendo todos os elos da cadeia: ambiental, produtivo e econômico.

Não se pode perder tempo e energia em tentativas legislativas de alterar pontos que já foram aprovados

Entre os mais de 190 membros da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, que reúne representantes do agronegócio, do setor florestal, do setor financeiro, das entidades de defesa do meio ambiente e da academia, há um claro consenso: a implementação do Código Florestal, em sua atual configuração, é o primeiro passo para fortalecer a produção agropecuária e, ao mesmo tempo, a conservação ambiental no país. Esse momento chegou e não pode mais ser adiado. No combate à ilegalidade, principal fator do desmatamento da Amazônia hoje, o Código, no atual modelo, pode ser um potencial aliado, uma vez que a concorrência com infratores é desleal para o agronegócio sério e comprometido com a sustentabilidade. Além de ajudar a separar o agro que cumpre a lei daqueles que atuam na ilegalidade, o Código também deixou a semente de uma enorme oportunidade para o país: a valorização econômica da floresta, que pode se concretizar por meio de uma política de pagamentos por serviços ambientais, reconhecendo produtores que preservam além do mínimo exigido pela legislação.

No entanto, esses benefícios, somente serão concretizados se governo e Congresso centrarem seus esforços na implementação do Código Florestal.

O poder público precisa estar ciente dessa urgência e evitar que uma onda de novos projetos de lei e medidas provisórias se torne o centro de atenção dessa agenda, em detrimento da implementação.

O CAR tem que ser agilizado e validado; precisamos avançar na regularização dos PRAs; trabalhar para regulamentar e criar demanda para as Cotas de Reserva Ambiental (CRA); assim como não esquecer de regulamentar o artigo 41 do Código, que versa sobre incentivos econômicos para proteção de matas nativas e incremento de estoques florestais de múltiplos usos.

Este último ponto engloba pagamentos por serviços ambientais e o mercado de carbono, que irão beneficiar, inclusive, os produtores rurais. O Brasil tem tudo para ser referência nessas áreas, mas, para isso, o Código Florestal não pode mais esperar.

Não podemos perder tempo e energia em tentativas legislativas de alterar pontos que já foram aprovados e já estão em andamento. Não podemos dar mais espaço a retrocessos. Precisamos colocar um fim nesta série de alterações que impedem avanços maiores e acabar com a insegurança jurídica.

Precisamos que o Código seja implementado pelo bem do Brasil. E precisamos disto já.

Uma legislação robusta e sólida fortalece a imagem do setor agropecuário, contribui para a conquista de novos mercados e, ao mesmo tempo, ajuda a cuidar de nossas matas e vegetações. Ganha o setor. Ganha o meio ambiente. Ganha a sociedade.

Ganha o Brasil.

André Guimarães é cofacilitador da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura e diretor-executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)

Luiz Cornacchioni é cofacilitador da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura e diretor-executivo da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag)

Paulo Hartung, economista, presidente-executivo da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), ex-governador do Estado do Espírito Santo (2003-2010/2015-2018) e membro do Grupo Estratégico da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura

Fonte: Valor | 21.05



O poder da madeira de Pinus

Os primeiros plantios com espécies de pinus subtropical no Brasil foram em 1936. Ao longo de mais de 80 anos, com a ajuda de melhoramento genético e evolução da colheita mecanizada, o sul do país se tornou em um dos principais produtores de madeira de pinus do mundo.

O pinus taeda é a principal espécie plantada para fins comerciais nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. As condições de clima e solo e o grande mercado consumidor da região fomentam a atividade.

Entre os principais usos da madeira de pinus destaca-se a madeira serrada, base para o beneficiamento de diversos outros produtos de maior valor agregado, como painéis reconstituídos, portas, pisos, molduras e outros.

A indústria da construção civil, de embalagens e de móveis de madeira, são grandes consumidoras de madeira de pinus. Porém, a estagnação da economia nacional nos últimos anos forçou os produtores a buscar mercados internacionais.

De acordo com dados divulgados na semana passada pela Associação Catarinense de Empresas Florestais (ACR), e que constam no Anuário Estatístico de Base Florestal para o estado de Santa Catarina, a produção brasileira de madeira serrada de pinus atingiu 7,84 milhões de metros cúbicos em 2018.

A parcela direcionada ao mercado externo cresceu nos últimos anos, passando de 8% (2009) para 33%, em 2018. Ano passado o Brasil exportou 2,6 milhões de metros cúbicos de madeira serrada de pinus, o equivalente a US\$ 550 milhões, sendo o maior valor em volume exportado nos últimos 10 anos.

Os Estados Unidos foram o principal comprador e responderam por 36% do total exportado pelo Brasil.

Depois vem México com 20%, China 11%, Arábia Saudita 10% e Vietnã 5%. Santa Catarina lidera o ranking como o maior exportador nacional, com 1,18 milhão de metros cúbicos em 2018, seguido pelo Paraná (928,4 mil metros cúbicos), Rio Grande do Sul (268,6 mil metros cúbicos), São Paulo (90,1 mil metros cúbicos) e Goiás (1,9 mil metros cúbicos).

Santa Catarina e Paraná também têm a maior parte das empresas fabricantes de compensado de pinus.

Em 2018 as exportações brasileiras de compensado de pinus alcançaram a maior marca histórica, com 2,27 milhões de metros cúbicos, o equivalente a US\$ 697,3 milhões.

Deste total, 33% em volume foi direcionado aos Estados Unidos; 12% para a Alemanha e 10% para o Reino Unido.

Fonte: Celulose Online | 22.05



Greenplac apresenta novos horizontes ao setor florestal

A Greenplac, indústria de painéis de madeira do Grupo Asperbras, instalada no Mato Grosso do Sul, na cidade de Água Clara, viabiliza um novo negócio para o estado que garante diversificação, geração de empregos e, principalmente, a agregação de valor às florestas do país. O MDF da Greenplac, utiliza mais de dez variedades genéticas de eucalipto que foram aperfeiçoadas nas últimas décadas para garantir produtividade e qualidade. O painel de composição homogênea e ecologicamente correto, é feito a partir da aglutinação de resina sintética e fibras de madeira reflorestada, tal como o eucalipto que, no caso da Greenplac, é proveniente dos cerca de 12 mil hectares de plantações próprias. O gênero *Eucalyptus*, de origem australiana, foi introduzido no Brasil por volta de 1825. Nas décadas de 1940 e 1950, iniciaram-se os estudos sobre melhoramento genético e as primeiras iniciativas de clonagem de eucalipto no País. Na década de 1980, o estado de Mato Grosso ganhou destaque no mercado por conta das grandes plantações industriais com foco na fabricação de celulose. Hoje, o estado é tido como a principal fronteira desta cultura para o Brasil e para o mundo. A fim de impulsionar o aumento da escala comercial, no início dos anos 1990, tornou-se comum a propagação clonal por meio de estaquias. Registros mostram que na década de 1970 a produtividade florestal era em torno de 20 m³ anuais por hectare. O Brasil lidera atualmente o ranking global de produtividade florestal.

Tem uma média de 35,7 m³ por hectare ao ano para os plantios de eucalipto, segundo a Indústria Brasileira de Árvores (Ibá).

MDF da Greenplac

A Greenplac já obtém uma média de mais de 42 m³ anuais por hectare. Esse resultado decorre do fato de a empresa ser abastecida por floresta plantada própria, que recebe os melhores clones. Assim sendo, esses materiais genéticos estão adaptados para a região com o objetivo de elevar a qualidade da madeira utilizada na produção das placas de MDF da Greenplac.


Tendências do iSaloni 2019 by Impress

No mosaico genético do plantio, utiliza-se mais de dez tipos diferentes de materiais genéticos, com foco em alta produtividade e densidade básica da madeira. Assim, a Greenplac destaca que emprega o estado da arte do desenvolvimento tecnológico que o Brasil conquistou nessa área para oferecer ao mercado um produto altamente qualificado.

Vislumbrando oportunidades, a empresa incentivou, partindo de seu ciclo de planejamento estratégico, um grande investimento florestal.

Tendo como parceira de gerenciamento de operações a Innovatech Gestão, empresa do Grupo Innovatech, o projeto florestal tem planos de plantio de 12 mil hectares de florestas de ciclo de seis anos e garante autossuficiência no abastecimento da Greenplac com fonte renovável de madeira e certificada FSC.





Práticas silviculturais de alta tecnologia, gerenciamento de ponta e pacote tecnológico de alta produtividade são os princípios de gestão adotados desde o início para a produção de florestas de alta rentabilidade, baixo custo e sustentabilidade empresarial.

Fonte: Celulose Online | 21.05



Mato Grosso firma parceria para impulsionar o manejo florestal sustentável

O Centro das Indústrias de Produção e Exportação de Madeira do Estado de Mato Grosso (CIPEM), representando mais de 600 empresas, e a IDH assinaram um memorando de entendimento para promover e melhorar de forma sustentável a indústria florestal de Mato Grosso de forma sustentável.

Os parceiros desenvolverão conjuntamente atividades para melhorar continuamente a cadeia de valor do setor florestal no estado, com base em quatro pilares centrais: Suporte técnico e financeiro para criação de um Sistema de Registro de Gestão Florestal Digital. Troca de conhecimento, com visitas técnicas e eventos itinerantes. Um estudo de viabilidade e operacionalização de um selo de sustentabilidade que atenda a legislação brasileira e protocolos internacionais e o desenvolvimento de estratégias de comunicação para melhorar a imagem da indústria de base florestal e seu acesso a novos mercados, tanto no Brasil como no exterior. As ações estão alinhadas com a estratégia estadual de Produção, Conservação e Inclusão (PCI), uma aliança territorial de longo prazo para mitigar questões relacionadas ao desmatamento e à degradação florestal. Um dos objetivos do PCI é estabelecer mecanismos de transparência e governança para atrair investimentos para o Mato Grosso, para promover o desenvolvimento sustentável.

O PCI visa criar 6 milhões de hectares de florestas geridas de forma sustentável em Mato Grosso. Atualmente, o estado possui 3,7 milhões de hectares de florestas privadas gerenciadas.

Segundo o presidente da CIPEM, Rafael Mason, o objetivo de unir-se à parceria é promover a indústria florestal de Mato Grosso, “Vemos uma oportunidade de aumentar o impacto e os resultados positivos já alcançados na produção de madeira nativa, construindo coalizões para melhorar e monitorar os critérios de sustentabilidade, ao mesmo tempo em que inovamos a abordagem de mercado”, comentou. A IDH está usando a abordagem da paisagem para acelerar a sustentabilidade nas cadeias de valor de múltiplos setores relacionados a commodities agrícolas até 2020. A abordagem une a produção sustentável, a proteção florestal e a inclusão social.

A diretora executiva da IDH no Brasil Daniela Mariuzzo, conta que “Desenvolvemos ações sustentáveis em mais de 40 países em todo o mundo e vimos que o desenvolvimento de coalizões envolvendo o setor público, o setor privado, a sociedade civil, o setor financeiro e a academia têm um impacto positivo na sociedade como um todo”.

Mauren Lazaretti, secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso, disse que a parceria anda de mãos dadas com o entendimento de que o manejo florestal sustentável é uma estratégia para desenvolver a economia e, ao mesmo tempo, conservar a floresta amazônica. “Estamos trabalhando em conjunto com a CIPEM e a IDH para implementar estratégias modernas e eficazes que desmistifiquem o risco associado à madeira nativa e garantam a legalidade da cadeia de valor do setor florestal no estado”.



A assinatura da parceria ocorreu durante um evento na sede da Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso (FIEMT), em Cuiabá (MT), com a participação dos presidentes dos sindicatos do setor florestal e das autoridades estaduais.

O CIPEM é a união de oito sindicatos de empregadores de base florestal em Mato Grosso, cujo objetivo é organizar e fortalecer o setor. No total, representa cerca de 600 empresas. Incentiva a produtividade e o consumo consciente de madeira e seus subprodutos de forma sustentável, em conformidade com a legislação vigente e em harmonia com o meio ambiente.

O setor florestal nativo em Mato Grosso

Mato Grosso possui 3,7 milhões de hectares de florestas nativas privadas conservadas pelo Manejo Florestal Sustentável, com expectativa de atingir 6 milhões de hectares até 2030. A atividade é composta por mais de 6 mil empreendimentos florestais, com cerca de 1.800 indústrias e comércios – que juntos emprega cerca de 90.000 pessoas direta e indiretamente. Ao todo, 44 municípios do Mato Grosso são economicamente baseados na silvicultura, colocando o setor em quarto lugar em sua contribuição para a economia do estado.

Fonte: Celulose Online | 21.05

Faturamento do setor florestal catarinense passou de R\$ 1,38 bilhão no ano passado

Conhecido pela força do agronegócio, Santa Catarina se destaca também na produção de madeira. No último ano, o Valor Bruto da Produção Agropecuária da silvicultura fechou em R\$ 1,38 bilhão, sem contar o faturamento dos outros elos da cadeia produtiva. Os números foram divulgados nesta quinta-feira, 16, em Lages, durante o lançamento da terceira edição do Anuário Estatístico de Base Florestal para o Estado de Santa Catarina.

Segundo os dados da Associação Catarinense de Empresas Florestais (ACR), a área de florestas plantadas em Santa Catarina é de 828,9 mil hectares, sendo 67% ocupada com pinus e cerca de 33% com eucalipto. Os resultados econômicos da silvicultura também chamam a atenção: no último ano, o Valor Bruto da Produção Agropecuária fechou em R\$ 1,38 bilhão, sem contar o faturamento dos outros elos da cadeia produtiva. Atualmente são 5,6 mil empresas relacionadas ao setor, que geram mais 90 mil empregos diretos em Santa Catarina.

A região serrana responde por 40% das toras da silvicultura do estado, se tornando uma grande produtora de papel, embalagens e de madeira de pinus. O secretário adjunto da Agricultura e da Pesca, Ricardo Miotto, participou do lançamento do Anuário Estatístico e destacou a importância do setor florestal para a economia catarinense: "Quero reforçar aqui o nosso compromisso de juntos buscarmos melhores condições para este setor, que tanto contribui para Santa Catarina".


Empossado como novo presidente da ACR, Alex Wellington dos Santos falou sobre o comprometimento da entidade em levar mais inovação e rentabilidade para as pequenas propriedades de Santa Catarina. "Estamos em uma nova era, mais rápida, mais imediata, que exige muito de nós. Assim levantaremos alguns pilares para esta nova gestão: inovação, rentabilidade nas pequenas propriedades, integração de práticas socioambientais, expansão com maior produtividade, experimentos de novas espécies. Sempre buscado o fortalecimento do nosso setor", disse o novo presidente.

EXPORTAÇÕES

O setor florestal tem um papel importante nas exportações catarinenses. Em 2018, os embarques de produtos de madeira, papel e celulose tiveram um crescimento de 15,5% em comparação ao ano anterior, gerando receitas de US\$ 1,4 bilhão. O setor florestal respondeu por 16,6% de toda exportação catarinense no último ano.

FLORESTA NATIVA

Um estudo realizado pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Epagri/Cepa), comparando os números do Censo Agropecuário de 1980 e 2017, demonstrou as mudanças que ocorreram na área agrícola do estado em quase 40 anos. Hoje, a mata nativa ocupa 26,2% da área das propriedades rurais catarinenses, o maior índice desde 1970, início da série histórica e quando começou a expansão agrícola no Estado.



Segundo análise da Epagri/Cepa, houve uma redução na área total de lavouras e pastagens nas últimas décadas em Santa Catarina. Ao mesmo passo que as terras ocupadas com matas nativas e plantadas vêm aumentando ao longo do tempo. Hoje, Santa Catarina tem uma cobertura 20% maior de mata nativa do que nos anos 80, com 278,8 mil hectares a mais de vegetação natural.

Fonte: Celulose Online | 20.05

Para Eldorado, mercado começa a reagir a partir do 2º semestre

Após retomar os volumes normais de venda à China, a Eldorado Brasil conseguiu contornar a turbulência que atingiu o mercado global de celulose e encerrou o primeiro trimestre com forte melhora dos resultados operacionais. Para a companhia, a recuperação dos negócios da indústria deve ganhar tração, de fato, a partir do segundo semestre. "Não vemos mudança no sentimento no segundo trimestre, mas sim para o terceiro trimestre e, mais ainda, para o quarto trimestre, que começa a respirar os ares de 2020", diz o diretor de Relações com Investidores da companhia, Rodrigo Libaber.

Para 2020 e 2021, a expectativa entre os produtores de celulose é de desempenho positivo, já que não haverá oferta adicional da matéria-prima e a demanda deve manter o ritmo de crescimento, de 1,4 milhão a 1,5 milhão de toneladas por ano. Desde o fim de 2018, a desaceleração de compra por parte dos chineses e, mais recentemente, a freada na demanda da Europa pressionaram as cotações da fibra e levaram os produtores a adotar diferentes estratégias para contornar o cenário mais ácido. Na Eldorado, a estratégia foi reduzir as vendas no quarto trimestre, quando as condições se deterioraram no mercado chinês, e retomar os volumes ao longo do primeiro trimestre - em fevereiro, as vendas para a China já começaram a se normalizar -, acompanhando os preços praticados na região. Com isso, a companhia vendeu 475 mil toneladas (acima das 421 mil toneladas produzidas), ante 288 mil toneladas no quarto trimestre e 425 mil toneladas um ano antes, ao preço médio líquido de US\$ 683 por tonelada.

A receita líquida, por sua vez, totalizou R\$ 1,18 bilhão, com alta de 6% na comparação anual e de 14% em relação aos três últimos meses de 2018. O resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) avançou a R\$ 752 milhões, com crescimento de 3% ante o apurado um ano antes. Frente ao quarto trimestre, a alta foi de 11%, com margem Ebitda da ordem de 64%. O custo caixa de produção manteve-se no piso da indústria, em R\$ 578 por tonelada, com alta de apenas R\$ 6 decorrente sobretudo da variação do preço dos insumos.

O planejamento estratégico da Eldorado para 2019 prevê maior alocação de celulose na China, diante da expectativa de recuperação mais rápida naquele mercado e dos sinais de incerteza na Europa, segundo maior mercado mundial para a fibra brasileira.

Do lado financeiro, a Eldorado encerrou o trimestre com lucro líquido de R\$ 247,2 milhões, quase o dobro do registrado no quarto trimestre, mas abaixo dos R\$ 335,5 milhões do primeiro trimestre de 2018, diante do aumento das despesas financeiras líquidas. A dívida líquida estava em R\$ 6,3 bilhões em março, com redução de mais de R\$ 840 milhões em 12 meses. A posição de caixa, por sua vez, estava em cerca de R\$ 1 bilhão.

Fonte: Valor | 17.05



Venda da Fibria impulsiona lucro do grupo Votorantim no 1º trimestre

Resultado do grupo da família Ermírio de Moraes foi turbinado pela conclusão da venda de gigante da celulose para a Suzano

Turbinado pela conclusão da venda da gigante de celulose Fibria para a Suzano, o lucro do grupo Votorantim, da família Ermírio de Moraes, atingiu R\$ 4,4 bilhões no primeiro trimestre, valor 29 vezes maior que o do mesmo período do ano passado (R\$ 150 milhões).

A receita líquida do conglomerado, que tem negócios nas áreas de cimento, energia, metais, suco de laranja e banco, totalizou R\$ 6,7 bilhões de janeiro a março deste ano, um crescimento de 8% sobre o primeiro trimestre de 2018.

O maior faturamento do grupo foi puxado, em boa parte, pelos resultados da divisão de cimentos no Brasil e na América Latina, aumento do volume de vendas de alumínio e o efeito da desvalorização cambial na consolidação das operações no exterior, informou o grupo em comunicado.

No ano passado, o grupo Votorantim deu dois importantes passos estratégicos. Um deles foi a venda da Fibria, gigante global de celulose, anunciada em março do ano passado, para o grupo Suzano, da família Feffer.

O outro foi a compra do controle da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), em parceria com o fundo de pensão canadense CPPIB, em outubro do ano passado.

Mais capitalizado com a venda da empresa de celulose, o grupo fez um aumento de capital de R\$ 2 bilhões na empresa de cimentos, uma das maiores divisões de negócios da companhia.

No fim de março, a Votorantim encerrou com dívida bruta consolidada de R\$ 20,3 bilhões, uma redução de 17% em relação ao final de dezembro.

Fonte: Estadão | 17.05



Suzano capta US\$ 1,25 bi no mercado externo

A Suzano Papel e Celulose voltou a acessar recursos no mercado internacional ontem, com duas operações. Numa delas, a empresa emitiu US\$ 1 bilhão em novos bônus com vencimento em 2030. Na outra, reabriu uma emissão com vencimento em 2047 e levantou mais US\$ 250 milhões.

A operação dupla foi coordenada por BNP Paribas, Bank of America Merrill Lynch, J.P. Morgan, Mizuho, Rabobank e Scotiabank.

André Silva, diretor da área de mercado de capitais de dívida internacional do BNP Paribas, afirma que a distribuição teve forte demanda dos investidores. Para o papel de 2030, ela superou em três vezes a oferta. Para os títulos de 2047, em cerca de seis vezes.

"Por conta disso, a empresa conseguiu revisar os guidances iniciais e colocou os papéis com prêmio mínimo em relação ao mercado secundário", afirmou Silva, do BNP. Para o papel de dez anos, a estimativa de preço inicial era de um prêmio de 300 pontos-base em relação ao Treasury de 10 anos. A operação fechou em 275, com retorno de 5,18%. Na oferta para 2047, o prêmio inicialmente era de 355 pontos-base em relação ao Treasury de mesmo prazo. Os papéis saíram a 340, um retorno de 6,245%.

Mark Tuttle, chefe de do segmento corporate e de mercado de capitais para a América Latina do Mizuho, destacou que a Suzano acessou o mercado em um ótimo momento. "Ela conseguiu emitir bônus com vencimento em 2047 pagando menos do que os papéis ofertados inicialmente", disse o executivo do Mizuho.

Desde a compra a Fibria, ano passado, a Suzano está fazendo várias operações para melhorar o perfil de sua dívida. "A companhia está captando a prazos mais longos para pagar dívidas de prazo mais curto", resume Silva, do BNP.

Com as operações, a Suzano aproveita a demanda aquecida por papéis brasileiros no exterior, diante da queda das emissões feitas por empresas locais lá fora neste ano. Muitas companhias estão optando por acessar o mercado doméstico, que hoje está oferecendo condições melhores de prazo e taxas. Acessar o mercado externo está fazendo sentido apenas para as grandes empresas exportadoras, que têm receitas em moeda estrangeira.

Como a oferta aos investidores internacionais está desaquecida, quando surge uma emissão nova, ela está sendo, de fato, disputada pelos investidores. Nos últimos meses, a Suzano já havia feito outras duas reaberturas do bônus que vence em 2047 e o estoque desses papéis no mercado é de US\$ 1,25 bilhão.

Fonte: Valor | 22.05



Valmet fornecerá para Klabin nova linha de produção de celulose e papel embalagem

Valor do investimento está entre 260 e 290 milhões de euros

A Valmet assinou contrato para o fornecimento de um grande projeto de tecnologia de produção de papel embalagem e celulose com a Klabin S.A. no Brasil. A venda consiste em uma máquina kraftliner PM27, uma nova linha de fibras, um sistema de cozimento Compact Cooking G3™ e a reforma da linha de secagem de celulose. Além disso, as duas empresas assinaram uma Carta de Intenção (LOI) para a entrega de uma segunda máquina de papel kraftliner PM28, um segundo sistema de cozimento e de linha de fibras, nos quais se espera que os acordos finais sejam assinados e o fornecimento se inicie em maio de 2021.

A venda da PM27, da nova linha de fibras, do novo sistema de cozimento G3™ e a reforma da linha de secagem estão incluídos nas ordens recebidas no segundo trimestre de 2019 pela Valmet. O valor do investimento está entre 260 e 290 milhões de euros.

O acordo de entrega da linha de produção de kraftliner é a primeira grande venda na área de tecnologia de papel embalagem da Valmet no Brasil, e significa um avanço importante para o mercado da indústria brasileira de papel para a multinacional finlandesa. “Essa solução será a primeira linha para produção de kraftliner do mundo a partir de 100% de celulose de eucalipto. Fizemos vários desenvolvimentos conceituais e de engenharia ao longo dos anos junto à Valmet para poder entregar ao mercado uma solução inovadora e de alta performance”, destaca o diretor de Tecnologia Industrial, Inovação, Sustentabilidade, Projetos e Celulose da Klabin, Francisco Razzolini.

“Este primeiro grande projeto de tecnologia de papel embalagem reforça a posição da Valmet no mercado brasileiro, no qual, até agora, somos reconhecidos como um grande parceiro para os produtores de celulose”, reforça o presidente da divisão de Papel da Valmet, Jari Vähäpesola. A entrega da tecnologia de celulose, por sua vez, representa a primeira referência para o novo sistema de cozimento contínuo da Valmet, o CompactCooking G3™, lançado em 2018. Além disso, a reforma das linhas de secagem de celulose aumentará a atual capacidade das máquinas entregues pela Valmet em 2016. “A Klabin queria uma solução com alta qualidade de celulose para atender aos requisitos desafiadores do produto final de alta disponibilidade e decidiu confiar na Valmet para isso.

Este é um projeto significativo para o nosso negócio de celulose na América do Sul e comprova a competitividade de nossas inovações em tecnologia de cozimento e linha de fibras”, ressalta o presidente da divisão de Celulose e Energia da Valmet, Bertel Karlstedt.

O impacto na geração de empregos para a entrega da máquina kraftliner PM27 é de mais de 200 homens-ano, principalmente na Europa, Brasil e na China, e das entregas da tecnologia de celulose é de quase 500 homens-ano, principalmente no Brasil, Suécia e Finlândia.



Importância estratégica

Os contratos com a Klabin nestes fornecimentos de alta tecnologia de produção de celulose e papel embalagem consolidam a expansão da Valmet no segmento de Papel na América do Sul, além de representar a primeira referência para o recém-lançado sistema de cozimento contínuo G3™, contando ainda com soluções de Internet Industrial que materializam alguns dos principais focos estratégicos da empresa para a área.

Detalhes técnicos da entrega

A Valmet fornecerá uma linha completa de produção de papel kraftliner com um escopo de fornecimento de suprimentos estendido, incluindo um pacote completo de engenharia de implantação. O fornecimento consiste em um sistema de equipamentos de preparação de massa e sistema de circuito de aproximação, bem como uma máquina completa de kraftliner (PM 27) da caixa de entrada até a rebobinadeira, seguida de um sistema automático de rolos jumbos até a rebobinadeira e de um sistemas de transporte de bobinas. O fornecimento também inclui sistemas de ventilação e exaustão de ar da máquina e do prédio, assim como um sistema químico para a parte úmida e preparação de amido para aplicação de cola na superfície do papel.

O fornecimento na área de automação inclui o Sistema de Automação Valmet DNA para o controle de processo e da máquina, e a solução para controle da Qualidade Valmet IQ.

Um amplo pacote do Valmet Industrial Internet, com sistema de controle da produção, o Manufacturing Execution System (MES), está incluído no fornecimento, assim como o pacote de vestimentas Valmet Paper Machine Clothing para start-up em todas as posições de vestimentas da máquina.

A máquina de papel embalagem de 9,000 mm de largura produzirá kraftliner e papel com cobertura branca de alta qualidade, com uma faixa de gramatura de projeto de 80-200 g /m². A velocidade da máquina será de 1.200 m/min e a capacidade diária de 1.555 toneladas. A entrega da linha de fibras e cozimento inclui uma planta completa com capacidade de 2.000 ADt por dia. As características da planta de cozimento possuem a tecnologia de cozimento contínuo de última geração da Valmet, o CompactCooking G3™, e inclui a tecnologia ImpBin para vaporização e impregnação dos cavacos de madeira. Este sistema de dois vasos proporciona excelente qualidade de polpa com baixo teor de rejeitos.

A linha de fibras e cozimento é comprovadamente de fácil manutenção e oferece alto rendimento, baixo consumo de energia e alta disponibilidade. Os novos recursos de cozimento melhoram a flexibilidade e proporcionam excelente branqueabilidade, especialmente para a produção de madeira de fibra curta (Hard wood) com base em eucalipto.

A modernização das linhas de secagem de celulose inclui uma nova linha de enfardamento, dispositivos automáticos de passagem de ponta, equipamentos de processo para aumento de produção e individualização das linhas de embalagem de bobinas de celulose fluff.

Essas modernizações permitirão o aumento desejado de capacidade, tanto de celulose de mercado e quanto de celulose fluff, além de melhorar a segurança pessoal e operacional.

Fonte: Tissue Online | 22.05

Governo federal recua e decide apoiar evento sobre mudanças climáticas em Salvador

Em nota, Ministério do Meio Ambiente afirmou que 'decidiu formular proposta com ênfase na agenda de qualidade ambiental urbana e no pagamento de serviços ambientais' e que, assim, vê sentido em participar do evento

O Ministério do Meio Ambiente voltou atrás e informou que vai apoiar a realização da Convenção das Organizações das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), marcada para agosto, em Salvador (BA). O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, divulgou neste domingo, 19, nota oficial sobre a decisão em seu perfil na rede social Twitter.

O evento, entre os dias 19 e 23 de agosto, é um dos que acontecem de forma preparatória antes da Conferência do Clima da ONU (COP 25), marcada para dezembro, em Santiago, no Chile. No ano passado, depois que foi eleito e antes de assumir oficialmente o cargo, o presidente Jair Bolsonaro determinou que o Brasil desistisse de disputar a sede do evento. A justificativa era a de que o País não poderia arcar com os custos da realização do evento, de R\$ 500 milhões.

Na época, Bolsonaro declarou ainda ser contra algumas propostas discutidas na conferência que, em sua avaliação, ameaçavam a soberania brasileira sobre a Amazônia, como a suposta criação do corredor de preservação ecológica e cultural Triplo A, área de preservação que iria dos Andes até o Oceano Atlântico, que nunca foi tema da COP.

Depois de desistir de disputar a sede da COP 25, o Ministério do Meio Ambiente mandou a prefeitura de Salvador cancelar a realização do evento preparatório.

Ao explicar a decisão, o ministro Ricardo afirmou que “não fazia sentido” o Brasil sediar um encontro para preparar a COP 25, uma vez que a conferência não iria acontecer no País. Salles chegou a dizer que manter o encontro em Salvador seria uma “oportunidade” apenas para a “turma fazer turismo em Salvador” e “comer acarajé”.

Após as declarações de Salles, o prefeito de Salvador, ACM Neto, disse, por meio da rede social Twitter, que a prefeitura da capital baiana tinha todo o interesse em sediar a convenção preparatória, independentemente de o Brasil não sediar a COP 25. A realização do evento havia sido confirmada no ano passado, ainda no governo Michel Temer.

“Pedi ao secretário André Fraga (secretário municipal de Cidade Sustentável e Inovação) para conversar com os representantes do evento na ONU e ver a possibilidade de mantê-lo em Salvador. A prefeitura não vai medir esforços para que este evento de repercussão mundial aconteça na primeira capital do Brasil”, publicou ACM Neto, no dia 14 de maio. Na sexta-feira, 17, a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) solicitou o apoio do governo federal à realização do evento.

Divulgada neste sábado, 19, pelo próprio Salles em seu perfil pessoal no Twitter, a nota oficial do Ministério do Meio Ambiente diz que a pasta manteve “entendimentos” com a prefeitura de Salvador, o Ministério das Relações Exteriores e o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

O ministério informa ainda que “decidiu formular proposta com ênfase na agenda de qualidade ambiental urbana e no pagamento de serviços ambientais, através de instrumentos financeiros que visem dar efetividade econômica às atuais e futuras ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas no Brasil”.

Ao Estado, o ministro disse que o governo “entendeu que tinham algumas pautas que poderiam ser apresentadas no evento”, como a agenda de qualidade ambiental urbana e o pagamento por serviços ambientais. “Então, vamos aproveitar a realização do evento para apresentar isso e ver como é a receptividade junto a outros países”, acrescentou.

Segundo ele, a decisão anterior, de cancelar a realização do evento, havia sido tomada porque o Brasil não tinha pauta para apresentar nas discussões. Agora, porém, “nesse formato talvez seja interessante realmente”. “O prefeito de Salvador, ACM Neto, ponderou que era um evento importante para reunir as pessoas lá na cidade. Nós compreendemos isso”, disse. “Vamos participar, apoiar institucionalmente, mas a organização continua com eles, como inicialmente previsto.”

Fonte: Estadão | 19.05

Ministro diz que há indícios de irregularidades no Fundo Amazônia

Ricardo Salles disse que 1/4 dos 103 projetos terão análise mais aprofundada dos órgãos de controle. O fundo capta doações de instituições internacionais e nacionais para financiamento de ações de combate ao desmatamento

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, disse nesta sexta-feira, 17, em entrevista coletiva, em São Paulo, que parte dos projetos do Fundo Amazônia apresentaram irregularidades após análise preliminar. "Em 1/4 dos 103 projetos há exemplos que merecem análise mais aprofundada dos órgãos de controle", afirmou. Salles afirmou que vai propor a revisão de critérios de contratações para o fundo, que recebe doações para inibir o avanço do desmatamento na Amazônia. O ministro não citou quais ações tiveram problemas.

A Embaixada da Noruega, principal doadora para o fundo (US\$ 1,2 bilhões), disse, em nota, não ter sido informada pelo governo sobre proposta de mudança no programa. Afirmou ainda que essa é "uma das melhores práticas globais de financiamento com fins de conservação e uso sustentável de florestas" e que o uso adequado do recurso foi atestado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Segundo o ministro, os projetos seguem agora para análise do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), órgão gestor e executor dos contratos, para que sejam tomadas as providências. Ele disse que os principais problemas são inconsistências nas prestações de contas, altas despesas administrativas e gastos excessivos com folha de pagamento. A análise feita pelo MMA, segundo Salles, também será repassada à Controladoria Geral da União (CGU) e ao Tribunal de Contas da União (TCU).

"Há uma desconexão na escolha desses diferentes projetos, há montantes muito altos com gastos administrativos e destinações muito pequenas para atividades-fim", afirmou Salles. De acordo com ele, foram analisados contratos de ONGs e órgãos públicos ambientais.

O ministro disse que a maior parte dos projetos analisados foi contratada sem licitação. "Há um percentual grande, de 82%, de contratações de balcão, que são aquelas não licitadas". "Essas questões remontam à necessidade de melhorar a governança pela qual são feitas as contratações e as escolhas do projeto do Fundo Amazônia", acrescentou.

Salles recomendou que novos convênios e projetos não sejam feitos por enquanto. "Até resolvermos o que fazer com a situação encontrada até agora, não recomendamos que se façam novas contratações." De acordo com ele, embora seja uma recomendação do MMA, a decisão ficará a cargo do BNDES. No âmbito do ministério, a pasta define critérios e diretrizes para escolha dos projetos e o BNDES é o gestor dos recursos.

Mesmo com irregularidades, o ministro reconheceu que as ações ajudaram a diminuir o desmatamento na Amazônia. "Entendemos que o recurso do Fundo Amazônia certamente ajudou em algum grau a controlar, reduzir ou segurar o desmatamento, mas o que gostaríamos de ter são instrumentos para mensurar o quanto de recursos foram dispendidos mediante o resultado alcançado".

Em nota, o Observatório do Clima, que reúne organizações da sociedade civil, disse que a fala de Salles “alimenta a desconfiança” de doadores. Afirmou ainda que o fundo tem “regras rígidas” e que os financiadores das ações estão satisfeitos com os resultados obtidos.

Fundo Amazônia

Segundo o site do governo federal, o Fundo Amazônia capta doações de instituições nacionais e internacionais para o financiamento não reembolsável de ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento na Amazônia Legal, e ainda o fortalecimento do uso sustentável dos recursos florestais no Brasil e em outros países tropicais.

Atualmente, a Petrobras e os governos da Noruega e da Alemanha são os principais doadores para o Fundo Amazônia. Em dezembro de 2017, por exemplo, os dois países europeus doaram R\$ 271,2 milhões. No total, o apoio do fundo já chega a cerca de R\$ 4,6 bilhões (US\$ 1,2 bilhão).

Fonte: Estadão | 17.05